

TURISMO E MUSEUS EM RYUKYU/OKINAWA: A Cortina de Açúcar e a Perpetuação do Silêncio Colonial

Gabriela Franco Uechi
Doutoranda em História (Unifesp)
E-mail: gfuturechi@gmail.com

Resumo: O artigo analisa como turismo e museus em Ryukyu/Okinawa operam como mecanismos de perpetuação da colonialidade. O arquipélago, marcado pela subalternidade como antiga colônia japonesa (1879–1945) e atual território militarizado pelos EUA, tem sua memória histórica reduzida a narrativas seletivas. Nos museus, o período colonial é silenciado e descrito como simples “anexação”, enquanto a Batalha de 1945 domina a narrativa expositiva. No TikTok, a análise de 187 vídeos mostrou que o arquipélago é representado majoritariamente como “paraíso tropical”, ocultando repressão cultural, presença militar e resistência local. Essa dinâmica cria uma memória coletiva controlada, que reforça a subordinação ryukyuana/okinawana. O arcabouço teórico articula colonialidade (Quijano), produção do silêncio (Trouillot) e memória coletiva (Santos; Wang), ressaltando o papel ativo dos museus e do turismo nesse processo. Apesar disso, emergem frestas de resistência em iniciativas museológicas críticas e em hashtags identitárias (#hajichi, #uchinaanchu) usadas por ativistas no TikTok. Conclui-se que romper com a lógica de apagamento exige reposicionar Ryukyu/Okinawa como sujeito de sua própria história, desafiando tanto as narrativas museais quanto os filtros algorítmicos das plataformas digitais.

Palavras-chave: Ryukyu/Okinawa, Memória coletiva, Colonialidade.

Abstract: The article analyzes how tourism and museums in Ryukyu/Okinawa operate as mechanisms for the perpetuation of coloniality. The archipelago, marked by subalternity as a former Japanese colony (1879–1945) and as a current militarized territory under U.S. control, has its historical memory reduced to selective narratives. In museums, the colonial period is silenced and described as mere “annexation,” while the 1945 Battle dominates the curatorial narrative. On TikTok, the analysis of 187 videos showed that the archipelago is predominantly represented as a “tropical paradise,” concealing cultural repression, military presence, and local resistance. This dynamic produces a controlled collective memory that reinforces Ryukyuan/Okinawan subordination. The theoretical framework articulates coloniality (Quijano), the production of silence (Trouillot), and collective memory (Santos; Wang), highlighting the active role of museums and tourism in this process. Nevertheless, cracks of resistance emerge in critical museological initiatives and in identity-based hashtags (#hajichi, #uchinaanchu) used by activists on TikTok. The study concludes that breaking with the logic of erasure requires repositioning Ryukyu/Okinawa as the subject of its own history, challenging both museum narratives and the algorithmic filters of digital platforms.

Keywords: Ryukyu/Okinawa, Collective memory, Coloniality.

1. Introdução

*“Quando algo é esquecido, é como se nunca tivesse existido.”
(Yoko Ogawa, A Polícia da Memória)*

O arquipélago de Ryukyu/Okinawa vive uma dupla subalternidade: como antiga colônia japonesa (1879–1945) e atual território militarizado sob influência estadunidense. Essa condição geopolítica singular explica por que sua memória é simultaneamente lembrada como “vítima de guerra” e apagada como “vítima de colonialismo” nas narrativas oficiais (McCORMACK; NORIMATSU, 2018). Este artigo

analisa como a articulação entre a indústria do turismo e a museologia hegemônica opera como mecanismo de perpetuação da colonialidade, silenciando o período de dominação japonesa e naturalizando a subalternidade ryukyuana/okinawana no presente.

Esta dupla subalternidade materializa-se de forma visceral na geografia do arquipélago: embora Ryukyu/Okinawa represente apenas 0,6% do território japonês, abriga aproximadamente 70% das instalações militares exclusivamente dos EUA no país. Esta presença militar massiva é resultado de uma política ativa e contínua do governo japonês (Anpo Sōji)[1] de confinar os aspectos negativos da aliança com os EUA à Ryukyu/Okinawa. Enquanto isso, o Estado japonês promove o arquipélago como um destino turístico seguro e exótico, criando uma dissonância radical entre a experiência dos turistas e a realidade dos residentes. Essa contradição fundamental – entre o paraíso vendido e a base militar vivida – é o pano de fundo sobre o qual atuam os mecanismos de silenciamento analisados.

A pesquisa, parte de um doutorado em andamento, baseia-se em dados coletados entre janeiro e março de 2025 por meio de visitas a dez museus municipais de Ryukyu/Okinawa e análise de conteúdo da plataforma TikTok. A seleção dos museus municipais seguiu critérios de representatividade geográfica e diversidade administrativa (incluindo Naha, Urasoe, Ginowan, entre outros), focando nas exposições permanentes e nos registros fotográficos das legendas curatoriais para identificar os conteúdos exibidos, bem como os silêncios e as ausências estruturais. No caso do TikTok, 187 microvídeos foram coletados por buscas dirigidas, utilizando termos de origem japonesa (“okinawan/okinawano”) e local (“ryukyuan/ryukyuano”, “uchinaanchu”), com posterior categorização em eixos temáticos. A análise seguiu uma perspectiva discursiva (MAINGUÉNEAU, 2018), que articula dois níveis de produção de memória: o institucional, legitimado pelo Estado japonês, e o algorítmico, regido por lógicas globais de visibilidade.

Os resultados preliminares confirmam essa dinâmica de apagamento. Os museus mais visitados e bem-estruturados (como o Memorial da Paz de Okinawa) são específicos sobre a Batalha de Okinawa em 1945 e o pós-guerra. Em contraste, os museus municipais locais, com estrutura humilde, seguem uma narrativa linear que salta do Reino de Ryukyu (séculos XV–XIX) diretamente para a Batalha de Okinawa (1945), reduzindo o período colonial (1879–1945) a menções breves e eufemísticas como “anexação” (UECHI, 2025).

Paralelamente, a análise dos 187 microvídeos do TikTok revela que a imagem predominante do arquipélago é a de um “paraíso tropical” despolitizado, o “Havai do Japão” (TADA, 2014), que oculta tanto a violência histórica quanto a presença atual de bases militares.

A anexação do Reino de Ryukyu ao Japão em 1879, conhecida como Ryukyu Shobun, marcou o início de um processo sistemático de assimilação forçada, com proibição de línguas locais, criminalização de práticas culturais e expropriação de terras. Nomear esse processo apenas como “anexação”, como fazem ainda muitos museus, é mais do que um descuido semântico: trata-se de uma violência linguística que suaviza a dominação colonial e contribui para o apagamento histórico. Assim, o intervalo de 1879–1945, fundamental para compreender as raízes da subalternidade contemporânea, permanece invisível nas narrativas oficiais, o que é resultado de escolhas políticas que operam como uma verdadeira “polícia da memória” (OGAWA, 2021; TROUILLOT, 2016), definindo o que pode ou não ser lembrado.

Propõe-se, portanto, a hipótese de que o turismo e os museus funcionam como pilares de um mesmo sistema de apagamento colonial: o primeiro atrai visitantes com uma imagem edulcorada de Ryukyu/Okinawa; o segundo oferece uma narrativa segura e parcial sobre o passado, focada na vitimização de 1945 e silenciando a resistência e a violência do período anterior. Essa dinâmica é uma estratégia ativa de manutenção da colonialidade (QUIJANO, 2005), que impede o autorreconhecimento pleno do povo ryukyuano/okinawano e reforça sua subalternidade no século XXI.

O artigo estrutura-se em três seções: (1) análise da narrativa museológica e seus silêncios; (2) exame do discurso turístico no TikTok como ferramenta de despolitização; e (3) discussão sobre a articulação entre ambos os mecanismos à luz dos conceitos de colonialidade e memória (TROUILLOT, 2016; SANTOS, 2016). Conclui-se que romper com essa dinâmica exige não apenas denunciar as omissões, mas reposicionar Ryukyu/Okinawa como sujeito de sua própria história, tanto nos museus quanto nas plataformas digitais.

2. Fundamentação Teórica

A análise da articulação entre turismo e museus como mecanismos de perpetuação da colonialidade em Ryukyu/Okinawa requer um arcabouço teórico que dialogue com as dimensões do poder, da memória e da representação. O conceito de colonialidade do poder, cunhado por Aníbal Quijano (2005), fornece a base fundamental para esta investigação. Para o autor, a colonialidade não se esgota com o fim formal dos impérios, mas perpetua-se como uma matriz de poder que organiza hierarquias sociais, econômicas e epistemológicas, operando através do controle do saber e da subjugação de culturas.

No contexto de Ryukyu/Okinawa, a colonialidade manifesta-se tanto na ocupação militar estadunidense quanto na negação do estatuto de povo indígena pelo Estado japonês e, crucialmente, no apagamento sistemático de sua história pré-1945. Como assinala Michel-Rolph Trouillot (2016), o passado não é simplesmente lembrado ou esquecido, mas ativamente produzido através de narrativas. O ato de silenciar – seja pela omissão, pela eufemização ou pela focalização seletiva – não é uma falha, mas um ato político de poder.

A colonialidade do poder não se restringe à esfera econômica ou militar, mas opera, fundamentalmente, no plano do saber (QUIJANO, 2005). Isso significa que ela estabelece uma hierarquia de conhecimentos, desvalorizando as epistemologias e formas de vida subalternizadas. No caso de Ryukyu/Okinawa, isso se traduz na imposição de uma leitura histórica e cultural centrada no Japão metropolitano, apagando o Reino de Ryukyu como entidade política soberana e reduzindo a cultura local a um folclore exótico e inofensivo. Esse processo de anulação do saber ancestral é um pilar da subalternidade contemporânea.

A teoria de Trouillot sobre o silenciamento é crucial para compreender a curadoria museológica em Okinawa. O silêncio não é apenas a ausência de um fato na narrativa, mas sim o resultado de decisões políticas que ocorrem em quatro momentos: a produção de fontes (o que é registrado), a produção de arquivos (o que é guardado), a produção de narrativas (o que é contado pelos historiadores) e a produção de história final (o que é aceito pelo público) (TROUILLOT, 2016). No contexto em análise, o silenciamento do período colonial é orquestrado em todas essas etapas, desde a falta de documentação sobre a repressão aos *hajichi* nos arquivos oficiais até a escolha curatorial nos museus de focar apenas na narrativa da Batalha. Isso evidencia que a "polícia da memória" atua ativamente para delimitar o campo do dizível e do lembrável.

Os museus, como instituições encarregadas de autorizar discursos sobre o passado, tornam-se arenas centrais onde esse poder é exercido (AUTRY, 2012; MURPHY, 2009). Eles são agentes ativos na construção da história, capazes de naturalizar narrativas e apagar outras, conforme os interesses dominantes.

Em Ryukyu/Okinawa, esse silenciamento é visível na forma como o período de 1879–1945 – marcado pela assimilação forçada, proibição linguística e exploração – é eclipsado pela narrativa da vitimização na Batalha de 1945. Os achados da pesquisa em dez museus municipais revelaram um padrão curatorial homogêneo: a narrativa expositiva segue uma linha do tempo seletiva que salta do apogeu do Reino de Ryukyu (séculos XV–XIX) diretamente para a Batalha de Okinawa (1945), reduzindo o período colonial (1879–1945) a uma breve menção, invariavelmente denominada “anexação”.

Essa cronologia seletiva reproduz uma narrativa histórica que já foi instrumento

ativo de assimilação colonial desde o período Meiji (OGUMA, 2014). Por exemplo, no Museu Histórico de Naha, o período é resumido em um único painel intitulado “Modernização e Integração ao Japão”, que destaca a introdução de infraestruturas, sem qualquer menção à repressão cultural ou à exploração econômica sistêmica.

O silêncio sobre a proibição dos *hajichi* (tatuagens tradicionais femininas) em 1899, apresentada nos museus como mera ‘arte folclórica’ descontextualizada, constitui um ato de violência epistêmica (SPIVAK, 2010). Tais tatuagens eram marcadores de estado civil e resistência identitária, e sua redução a uma categoria estética ignora a sua perseguição como prática ‘primitiva’ pelo governo Meiji. Ao focar exclusivamente na tragédia de 1945, os museus oficiais transformam o arquipélago em símbolo da vitimização japonesa, ocultando o fato de que, no período anterior, Ryukyu/Okinawa foi vítima do Japão.

A análise dos mecanismos de silenciamento em relação ao passado colonial de Okinawa revela que o apagamento histórico não é apenas uma omissão, mas uma didática estruturada que podemos chamar de “pedagogia da ausência”. Este processo opera através de três dimensões entrelaçadas: a museografia, a economia política e a fabricação de discursos turísticos, todas convergindo para sustentar uma identidade nacional japonesa coesa.

No plano museográfico, essa pedagogia se materializa por meio de uma semiótica do espaço que marginaliza fisicamente a experiência subalterna. Enquanto o Reino de Ryukyu é apresentado com grandiosidade narrativa e a Batalha de Okinawa como um trauma nacional compartilhado, o hiato da anexação forçada (1879-1945) é frequentemente confinado a espaços de transição, corredores secundários ou legendas genéricas (SAITO, 2017; ZIOMEK, 2014). A anexação de 1879 – um ato de violência política descrito nas fontes como a “extinção” violenta do reino – é sistematicamente higienizada em narrativas que enfatizam a “modernização” e uma suposta “fusão” natural (UEMURA, 2010).

Essa disposição espacial não é neutra: ela cria uma experiência corporal específica para o visitante. A grandiosidade do castelo de Shuri evoca nostalgia, enquanto a ausência de detalhes sobre a repressão linguística ou o banimento dos *hajichi* atua como um apagamento sensorial (ZIOMEK, 2014). O resultado, conforme apontam teóricos como Veena Das e Ewa Domańska, é a transformação da história traumática e dos corpos subalternos em meros “objetos de estudo” passivos, negando-lhes a agência de “sujeitos falantes”. Essa lógica impede que a terceiridade – a condição de alteridade radical das sociedades colonizadas – entre em uma relação dialógica e transformadora com o presente, perpetuando-a como um passado estático e silenciado.

3. A Cortina de Açúcar: Economia Política, Turismo e o Apagamento Digital

Paralelamente à museologia, a indústria do turismo opera como um mecanismo complementar de apagamento. Como argumenta Osamu Tada (2014), o arquipélago foi intencionalmente construído como um destino paradisíaco, uma “cortina de açúcar” que oculta a realidade opressiva das bases militares e a complexidade de sua história. Ao promovê-lo exclusivamente como o “Havaí do Japão”, o discurso turístico despolitiza o território, transformando-o num produto de consumo.

A construção de Ryukyu/Okinawa como destino paradisíaco tem um efeito prático de despolitização espacial. Ao se concentrar na promoção de praias, resorts luxuosos e uma culinária “exótica” e segura, o discurso turístico oficial performa um apagamento físico e simbólico. O foco na estética do lazer desvia o olhar dos conflitos geopolíticos. Onde o turista vê um cartão-postal, o residente vê o ruído das aeronaves e a ocupação de 70% das instalações militares exclusivas dos EUA (McCORMACK; NORIMATSU, 2018). Essa dissonância é o motor da colonialidade turística: ela transforma o território de um espaço de luta em um produto de consumo asséptico.

Este apagamento turístico não é gratuito; está intrinsecamente ligado a uma “economia política da memória” (AUTRY, 2012). O turismo é um pilar central para

a revitalização regional. Uma narrativa que focasse na violência colonial japonesa poderia desestabilizar a imagem do "Japão pacífico", prejudicando o *soft power* e a atração de investimentos. O financiamento dos museus, frequentemente vinculado a agendas estatais ou ao capital turístico, influencia diretamente a linha narrativa, posicionando-os como "máquinas de crescimento urbano" que, para manter a viabilidade comercial, optam pelo silenciamento de histórias complexas (SGANZERLA e YOKOYAMA, 2021).

O discurso turístico oficial lida com a presença militar de forma a manter a imagem de um "paraíso seguro". A "cortina de açúcar" — que, segundo as fontes, evoluiu de uma exploração econômica comparável à de Taiwan para uma aceitação de relação política desigual, ou "colonialismo suave" (ZIOMEK, 2014; HAMAMOTO, 2006) — opera ativamente. A presença militar dos EUA, embora seja o fardo mais pesado, é frequentemente enquadrada como "normalidade" ou neutralizada sob a ideia de que a cooperação é necessária para a paz mundial, ocultando sua natureza exploratória (HAMAMOTO, 2006). Desta forma, o silenciamento é uma ferramenta ativa que substitui a memória da dominação pela celebração da modernidade (UEMURA, 2010; ARLT, 2006).

A materialidade deste apagamento é amplificada e reconfigurada pelas plataformas digitais. A análise dos 187 microvídeos do TikTok revelou que o algoritmo, enquanto *mídi*um discursivo (MAINGUENEAU, 2018), prioriza conteúdos alinhados a *trends* de apelo massivo. A busca por termos de origem japonesa ("okinawan") retornou predominantemente conteúdos de Turismo (34% do corpus), que reproduzem a imagem do paraíso tropical. Em contraste, termos de origem não japonesa como "ryukyuan" e "uchinaanchu" tiveram menor visibilidade, concentrando-se em categorias relacionadas à Identidade e História.

O TikTok não é um canal neutro, mas confere ao conteúdo um ethos algorítmico específico, marcado pela busca por engajamento rápido. Esta lógica cria uma hierarquia de visibilidade digital onde a imagem de Ryukyu/Okinawa como destino de férias, que alimenta o capital turístico, prevalece sobre a sua complexidade política. Instaure-se, assim, uma colonialidade algorítmica: um filtro técnico que reforça e reproduz no plano digital as hierarquias de sentido impostas pela colonialidade do poder, criando uma "bolha filtro" (PARISER, 2011) onde contradições são suprimidas.

Contudo, a mesma lógica algorítmica que marginaliza discursos críticos também abre frestas para contra-narrativas (SANTOS, 2016; WANG, 2008). O *ethos* do TikTok é utilizado pela comunidade para afirmar uma identidade própria. Hashtags como #hajichi (1,2 milhão de visualizações) e #uchinaanchu demonstram uma resistência discursiva, ressignificando o espaço digital como território de autorrepresentação. Um microvídeo viralizado, por exemplo, exibe uma jovem ryukyuna com tatuagens de *hajichi* em diálogo com a bisavó, num ato de revivificação cultural que, conforme proposto por Ewa Domańska (2006; 2024), exemplifica uma abordagem "comunalista" — valorizando a agência de práticas culturais para desafiar a narrativa oficial.

A análise demonstra que turismo, museus e plataformas digitais articulam-se num circuito reforçador do apagamento colonial. O turista é atraído pela imagem idílica veiculada no digital; uma vez no local, é direcionado aos museus, que oferecem uma narrativa histórica segura. Este circuito é bidirecional: a experiência museal confirma a imagem despolitizada vendida pelo turismo, enquanto o turismo fornece o público consumidor para a narrativa hegemônica. A articulação entre a "cortina de açúcar" turística (TADA, 2014) e o silenciamento museal (TROUILLOT, 2016) é, portanto, um mecanismo duplo de apagamento que é simultaneamente reforçado e desafiado pelas dinâmicas das redes sociais digitais.

4. Considerações finais

Este artigo partiu da hipótese de que a articulação entre a indústria do turismo e

a museologia oficial em Ryukyu/Okinawa constitui um mecanismo integrado de perpetuação da colonialidade, silenciando o período de dominação japonesa (1879–1945) e naturalizando a subalternidade ryukyuana/okinawana no presente.

A análise realizada confirmou essa hipótese, demonstrando que turismo e museus operam em uma dinâmica de reforço mútuo, tornando a história colonial de Ryukyu/Okinawa invisível tanto para o visitante quanto para o público online. O turismo atrai com uma imagem despolitizada de "paraíso tropical", enquanto a museologia hegemônica oferece uma narrativa histórica segura, focada na vitimização de 1945 e apagando a violência colonial anterior. As plataformas digitais, notadamente o TikTok, atuam como amplificadoras dessa dinâmica, priorizando algoritmicamente conteúdos estetizantes. O silenciamento revelado não é acidental, mas estrutural e intencional, servindo aos interesses do Estado japonês e do capital turístico.

Contudo, a investigação também identificou fissuras significativas e frestas de resistência. O autorreconhecimento como ryukyuano/okinawano — seja por meio do resgate dos *hajichi*, do uso de *hashtags* identitárias ou da crítica à presença militar — é um projeto político ativo que desafia a colonialidade.

No TikTok, *hashtags* como #hajichi (com mais de 1 milhão de visualizações) e #uchinanchu são utilizadas por ativistas e membros da diáspora, funcionando como arquivos afetivos e contra-públicos que contestam o apagamento. A prática de exibir *hajichi* temporários ou modernos é um ato corpóreo de resistência que responde, mais de um século depois, à sua proibição. No âmbito museal, iniciativas menores e comunitárias também desafiam o silêncio. O Museu da Cidade de Urasoe, por exemplo, inclui em sua exposição depoimentos em áudio de idosos lembrando o estigma e a punição sofridos por falar *uchināguchi*, re-humanizando a história da repressão linguística e indicando possibilidades de uma museologia mais crítica. Esses conteúdos, mesmo menos visíveis, funcionam como espaços de contra-memória (SANTOS, 2016; WANG, 2008).

Nesse cenário, a diáspora ryukyuana/okinawana, ou *Uchinanchu*, desempenha um papel fundamental ao desafiar o apagamento histórico através da constituição de uma comunidade que é, muitas vezes, interna e paralela à "comunidade japonesa" no exterior (HIGA, 2015). No Brasil, por exemplo, essa identidade foi forjada em resposta a uma "tensão histórica" e a preconceitos que rotulavam os imigrantes de Ryukyu de forma negativa devido a hábitos como a tatuagem (*hajichi*), o andar descalço e o uso de línguas ininteligíveis para os *naichi-jin* (japoneses das ilhas principais) (HIGA, 2015).

As práticas culturais da diáspora não são apenas manifestações folclóricas, mas estratégias de resistência política. A própria fundação da Associação Okinawa Kenjin do Brasil (AOKB) está ligada à criação da *Kyuyou Kyoukai* em 1926, uma instituição surgida para combater as restrições à imigração okinawana impostas pelo governo japonês. Enquanto o Japão tentava homogeneizar seus súditos, a diáspora utilizava associações para reivindicar direitos e preservar a diferença (HIGA, 2015). Festivais, danças tradicionais (*Ryukyu Buyou*), o uso do *Sanshin* e dos tambores (*Taiko*) atuam como uma "cultura de contraste", que se afirma na diáspora como mecanismo de visibilidade e tomada de consciência étnica (HIGA, 2015). O chamado "Espírito Uchinanchu" — alegre, caloroso e solidário — é operado como um modelo ideal que se contrapõe ao estereótipo do japonês "sério e sóbrio" (HIGA, 2015).

Esse vínculo, baseado numa "intimidade cultural" e numa memória comum de sofrimento, une a comunidade contra uma "outredade" japonesa ou do país de acolhimento. Através de grupos como o *Urizun* (Círculo de Ex-Bolsistas), a juventude da diáspora busca resgatar e perpetuar essa identidade, transformando um "passado ausente" em uma realidade vibrante e politizada (HIGA, 2015). Eventos transnacionais como o "Festival Mundial de Uchinanchu" conectam comunidades do Brasil, Peru e EUA, criando uma rede de pressão política. Esse movimento tem sido crucial para que essas comunidades se reconheçam como "povos indígenas" perante órgãos internacionais, como a ONU, desafiando a narrativa oficial de que Okinawa é meramente uma província japonesa (HIGA, 2015).

Assim, enquanto os residentes em Okinawa enfrentaram pressões assimilacionistas intensas, as comunidades no exterior preservaram e politizaram uma identidade ryukyuna mais nítida (HAMAMOTO; ZIOMEK, 2014). Ao atuarem como "sujeitos falantes" a partir de fora, os membros da diáspora convertem a história de Okinawa de um "objeto de estudo" passivo em uma relação dialógica com o mundo, rompendo o silenciamento imposto pela colonialidade do poder (VEENA DAS, 1990; HAMAMOTO, 2006).

Romper com a lógica do apagamento, portanto, exige uma revolução narrativa que atue em múltiplas frentes. No âmbito da Museologia Crítica, propõe-se a adoção de uma perspectiva comunalista (DOMAŃSKA, 2006; 2024), essencial para envolver as comunidades locais na curadoria, reconhecer a agência de objetos negligenciados (como os *hajichi*) e enfrentar diretamente os silêncios do passado colonial. Associado a isso, torna-se urgente desnaturalizar a relação entre turismo e despolitização. Neste sentido, a Ressignificação do Turismo sugere que pesquisas futuras investiguem como os roteiros turísticos podem ser reestruturados para incluir sítios de memória colonial, transformando o turismo, de instrumento de apagamento, em uma ferramenta de educação crítica. Por fim, advoga-se por uma Alfabetização Algorítmica crítica, permitindo a usuários e comunidades subalternas compreender e contestar as lógicas de plataformas como o TikTok, potencializando o uso desses espaços digitais para o ativismo.

Em suma, dismantelar a "cortina de açúcar" exige uma frente múltipla: desafiar as instituições museais a abrirem espaço para as vozes ryukyuanas/okinawanas, pressionar as plataformas digitais a reavaliarem seus critérios de relevância algorítmica e, sobretudo, apoiar as iniciativas de resistência — tanto locais quanto diaspóricas. O silêncio, como nos alerta Trouillot (2016), é uma produção ativa; desafiá-lo requer uma produção ainda mais ativa de memórias dissonantes.

O caso de Ryukyu/Okinawa serve como um modelo analítico para investigar a dinâmica entre turismo, memória e colonialidade em outros contextos pós-coloniais e periféricos onde a história conflituosa é suavizada para consumo externo. A diáspora *Uchinanchu* funciona, assim, como um espelho crítico e uma âncora cultural; ela preserva o que a metrópole tentou silenciar, garantindo que a identidade ryukyuna permaneça como uma realidade vibrante e um passado persistentemente presente.

Referências

- ARLT, Wolfgang Georg. **Thinking through Tourism in Japan**. Tourism and Hospitality Planning & Development, v. 3, n. 3, p. 199-207, dez. 2006.
- AUTRY, Robyn. **The political economy of memory**: the challenges of representing national conflict at 'identity-driven' museums. Museum and Society, v. 11, n. 3, p. 320-336, nov. 2013. Publicado online em 10 nov. 2012.
- DOMAŃSKA, Ewa. **A história para além do humano**. Tradução de Taynna Marino e Hugo Merlo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.
- DOMAŃSKA, Ewa. **The material presence of the past**. History and Theory, v. 45, n. 3, p. 337-348, 2006.
- DAS, Veena. Our work to cry: your work to listen. In: DAS, Veena. **Mirrors of violence**: communities, riots and survivors in South Asia. New Delhi: Oxford University Press, 1990. p. 345-398.
- GLÜCK, Carol. **Thinking with the past**: history writing in modern Japan. In: GLÜCK, Carol. Past Obsessions: World War Two in History and Memory. New York: Columbia University Press, 2007. p. 35-72.
- HAMAMOTO, Darrell Y. **"Soft Colonialism"**: A Nikkei Perspective on Contemporary Okinawa. The Okinawan Journal of American Studies, n. 3, p. 28-34, 2006.
- HIGA, Laís Miwa. **Umi nu kanata – do outro lado do mar**: história e diferença na "comunidade okinawana brasileira". 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia

Social) – Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

IWABUCHI, Koichi. “Soft” nationalism and narcissism: Japanese popular culture goes global. Asian Studies Review, v. 26, n. 4, p. 447-469, 2002. DOI: 10.1080/10357820208713357.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso literário. Tradução de Adail Sobral. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

McCORMACK, Gavan; NORIMATSU, Satoko Oka. Resistant islands: Okinawa confronts Japan and the United States. 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2018.

MURPHY, Bernice. Memory, History and Museums. Museum International, v. 61, n. 1-2, p. 7-12, 2009.

OGAWA, Yoko. A polícia da memória. Tradução de Andrei Cunha. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

OGUMA, Eiji. The boundaries of ‘the japanese’ – Okinawa 1818-1972 inclusion and exclusion, vol. 1, Tradução Leonie R. Stickland. Melbourne: Trans Pacific Press, 2014.

PARISER, Eli. The filter bubble: what the internet is hiding from you. New York: Penguin Press, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SAITO, Hiro. The History Problem: The Politics of War Commemoration in East Asia. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2016. p. vii-xii.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva e teoria social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, n. 91, p. 1-12, 2016.

SGANZERLA, Guilherme; YOKOYAMA, Marcos Hideyuki. Turismo no Japão: o desenvolvimento de políticas para a recuperação econômica e revitalização regional no país. Estudos Japoneses, São Paulo, n. 46, p. 11-27, 2021

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TADA, Osamu. Constructing Okinawa as Japan’s Hawaii: From Honeymoon Boom to Resort Paradise. Japanese Studies, v. 35, n. 3, p. 287-302, 2014.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

UECHI, Gabriela F. Entre a guerra e o esquecimento: Ryukyu/Okinawa e a memória nacional japonesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 30., 2025, Rio de Janeiro. **Anais [...].** Rio de Janeiro: ANPUH, 2025.

UECHI, Gabriela F. Ryukyuano/Okinawano ou Japonês como dilema identitário: da formação do Estado-nação japonês às representações no TikTok. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos da condição humana) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2024.

UEMURA, Hideaki. The colonial annexation of Okinawa and the logic of international law: the formation of an ‘indigenous people’ in East Asia. Japanese Studies, v. 23, n. 2, p. 213-222, 2003. DOI: 10.1080/1037139032000154867.

WANG, Qi. On the cultural constitution of collective memory. Memory Studies, v. 1, n. 3, p. 305-317, 2008.

ZIOMEK, Kirsten L. The 1903 Human Pavilion: Colonial Realities and Subaltern Subjectivities in Twentieth-Century Japan. The Journal of Asian Studies, v. 73, n. 2, p. 493-516, maio 2014.